

CENÁRIO ECONÔMICO

Pequenas indústrias, grandes incertezas

Alta taxa de juros na ponta e cenário externo nebuloso elevam o pessimismo de micro e pequenos empresários do setor em relação a futuros investimentos

» ROSANA HESSEL

Os patamares elevados dos juros continuam tirando o sono da micro e pequena indústria, mesmo com o Comitê de Política Monetária (Copom) tendo iniciado, em agosto, o ciclo de cortes na taxa básica da economia (Selic), atualmente em 12,25% ao ano.

“Os empresários continuam bastante preocupados com a questão dos juros, porque eles veem piora no quadro macroeconômico, e 10% das empresas correm o risco de fechar nos próximos meses”, alerta Joseph Couri, presidente do Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo (Simpí), em entrevista ao *Correio*.

Ao citar dados de agosto e setembro da pesquisa Indicador Nacional de Atividade da Micro e Pequena Indústria, encomendada pelo sindicato ao Datafolha, Couri destacou que 45% dos entrevistados disseram que têm capital insuficiente para giro e estão endividados. Para 43%, a principal dificuldade para conseguir financiamento é a alta taxa de juros. Outros 27% responderam que a falta de crédito é a principal dificuldade.

“Houve piora na percepção do quadro inflacionário e, somado a isso, tem falta de crédito, instabilidade do emprego e elevação dos custos de produção. O que estamos assistindo é o aumento da preocupação da retomada inflacionária do setor”, destacou o sindicalista. Ele ressalva que os dados foram apurados antes do estouro da guerra no Oriente Médio, entre Israel e o grupo terrorista Hamas, que tende a piorar o cenário com aumento do preço do petróleo no mercado internacional.

“A expectativa é que o quadro vai piorar com agravamento da crise internacional e com o risco inflacionário voltando, o que significa perda do poder aquisitivo, que também é resultado das taxas de juros elevadas e do acesso ao crédito mais difícil”, explica.

Em setembro, a indústria brasileira andou de lado, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que registrou variação de 0,1% na produção nacional em relação a agosto, na série com ajuste sazonal. No acumulado do ano foi registrada queda de 0,2%. Isso, apesar de o Copom ter reduzido a taxa Selic nas últimas três reuniões em meio ponto percentual, de 13,75% para 12,25% ao ano.

“A redução da taxa Selic não chegou ainda para os tomadores de crédito. Não existe empréstimo a 13,75%, e, muito menos, a 12,25% ao ano. Quem quer investir precisa tomar crédito com juros de 40%, 50%, até 80% ao ano, o que inviabiliza qualquer negócio e aprofunda o cenário de poucas perspectivas para o setor”, lamentou Couri. “Um cenário é a queda da Selic, outro é a redução do custo do dinheiro na ponta”, acrescentou.

A queda da inadimplência na média geral, de 35%, entre junho e julho, para 29%, entre agosto e setembro, de acordo com o sindicalista, não chega a ser muito positiva porque reflete, em grande parte, a redução da oferta de crédito devido aos casos recentes de inadimplência de grandes empresas.

Expectativas ruins

Conforme os dados da pesquisa do Simpí, o avanço na avaliação negativa da situação econômica do Brasil passou de 38% para 45%, dado que influenciou para o recuo no Índice de Satisfação Macroeconômica das micro e pequenas indústrias, de 101 para 99 pontos. O indicador varia de 0 a 200 pontos. Segundo o estudo, 32% dos entrevistados esperam melhora na situação econômica

nos próximos três meses, abaixo dos 37% contabilizados no bimestre anterior. Além disso, 33% dos empresários acreditam que o quadro vai piorar, dado superior aos 26% registrados entre junho e julho.

A expectativa de que a situação da economia brasileira irá piorar nos próximos meses também cresceu entre agosto e setembro na comparação com o bimestre anterior, passando de 26% para 33%. Em queda desde fevereiro/março deste ano, a expectativa de piora na inflação voltou a subir, de 34% para 44%. Enquanto isso, a perspectiva de melhora dos negócios da empresa nos próximos meses ficou estável entre o bimestre anterior e o atual, com oscilação dentro da margem de variação, de 49% para 47%. O pessimismo aumentou no mesmo período, passando de 8% para 12%.

Couri demonstra preocupação com a Reforma Tributária e o impacto do aumento da carga para os pequenos empresários. “Temos outros riscos pela frente, como o possível aumento da carga tributária para micro e pequena empresa, que não vão poder mais compensar PIS-Cofins.

Ainda temos dúvidas sobre o que vai acontecer, pois existe um risco de aumento de carga tributária”, frisa.

Investimentos em queda

Diante do elevado custo dos empréstimos, a taxa de investimento recuou de 17% para 13%, menor patamar da série. Conforme os dados do levantamento, 7% dos entrevistados informaram que realizaram investimentos no mês anterior na compra de máquinas e equipamentos, abaixo dos 11% contabilizados no bimestre junho/julho.

A pesquisa mostra ainda que os investimentos na pequena indústria estão encolhendo em ritmo mais acelerado, passando de 34% para 19%, entre os bimestres de junho a julho e de agosto e setembro. Entre as micro indústrias, o percentual de empresas que informaram terem investido no mês anterior passou de 14% para 13% na mesma base de comparação.

O levantamento entrevistou 707 responsáveis por micro e pequenas indústrias nacionais entre os dias 11 e 31 de setembro. A margem de erro é de 4 pontos percentuais.



Números do pessimismo

Índice de Satisfação Macroeconômica da micro e pequena indústria (indicador varia de 0 a 200)

Período	
Abr/Mai22	103
Jun/Jul22	106
Ago/Set22	115
Out/Nov22	122
Dez22/Jan 23	105
Fev/Mar23	103
Abr/Mai23	93
Jun/Jul23	101
Ago/Set23	99

Principal dificuldade para obter empréstimo

	Em %
Taxa de juros	43
Falta de linhas de crédito	27
Restrições por causa de outras dívidas	9
Garantias exigidas	7
Prazo para o pagamento	3

Brasil S/A

por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Essa agenda é pequena

Considerando a apreensão global com os cenários de guerra na Europa, no Oriente Médio e na Ásia, as discussões em Brasília no governo, no Congresso, no Judiciário e entre os Três Poderes parecem distrações.

É certo que o tema da vez é e sempre será relevante: o financiamento da Lei Orçamentária Anual (LOA), que resume as obrigações e os planos do governo federal. Mas passar quase o ano inteiro preso a essa pauta indica disfuncionalidades graves tanto da gestão do Estado quanto de suas relações com o Congresso, a última instância do plano de contas, e os entes federativos. Eles contam com repasses obrigatórios e os de emendas parlamentares para seu custeio permanente e obras miúdas.

A política imperfeita, reunindo presidencialismo forte e parlamento moldado pela Constituição como se o regime fosse parlamentarista, ao mesmo tempo em que o STF o enfraqueceu ao julgar inconstitucional em 1995 a cláusula de barreira para vedar representação de partidos com baixo votação, dispersou a responsabilidade fiscal. E tornou espúrio o mecanismo regular de formação de maioria pelo presidente de turno.

O Congresso restaurou parcialmente o que o STF glosou em 1995, mas o fez numa versão mais branda que a original, sem esvaziar a formação de partidos mercantilistas que servem ao governante da vez em troca de facilidades políticas para seus membros e outros fins nada nobres.

Esse já era o cenário nos quatro governos petistas desde 2003, fez-se ainda mais desestruturado na gestão Bolsonaro, quando ele cedeu a execução orçamentária para os partidos de centro direita apoiá-lo e afastar a ameaça de impeachment por suas atitudes na pandemia e pelos ataques à Corte suprema. O próprio STF pôs ordem na casa, no fim do ano passado, ao declarar inconstitucional o tal orçamento secreto.

Só que entre as opções que dispunha para gerir o orçamento maquiado de 2023, uma peça equilibrada só no papel, Lula não se apegou ao que o STF dispôs e aceitou a devolução de metade das emendas geridas pelo tal orçamento secreto, ou RP-9 pelo jargão técnico, com a expectativa de que a Câmara e Senado não lhe criariam embaraços. Foi assim que se votou a PEC da Transição, abrindo espaço de R\$ 168 bilhões de gastos.

Parasse por aí e talvez as relações políticas se normalizassem. Mas se quis mais do Congresso, cuja maioria até ontem apoiava Bolsonaro, e isso com o mundo em desordem. Esse jogo não está jogado. Lá e aqui.

As opções de Lula

Ainda em dezembro interlocutores do presidente lhe disseram que não esperasse tanto do Congresso, priorizasse o crescimento como forma de aumentar a arrecadação dando força ao investimento, trouxesse para o centro das discussões o setor privado e se preocupasse menos com os temas da agenda do mercado financeiro, exceto a Reforma Tributária, que, a rigor, é um projeto do Parlamento e não do Executivo.

Ele chegou a convidar dois nomes expressivos e com alta densidade política para o Planejamento e o MDIC – o economista André Lara Resende e o industrial Josué Gomes da Silva. Por razões da ocasião, ambos não puderam aceitar o convite, desequilibrando as discussões sobre política econômica e desenvolvimento junto a ele. Mas já era o indicativo de que Lula procurava opções à ortodoxia mercadista.

Depois vieram o tal do arcabouço fiscal e os projetos de aumento da arrecadação dos impostos corporativos e dos mais ricos, dando foco ao Congresso. Eles contrariam a representação dos partidos majoritários no Congresso, sobretudo o empresariado, de modo que as aprovar custeie ao governo entregar seus anéis, como a direção da CEF. Assim estamos.

Não é só desossar o gasto

O caminho alternativo poderia ter sido, em primeiro lugar, tirar boa parte do investimento público da LOA e tratá-lo como parafiscal. Das propostas que moldam esse caminho, todas preveem aportes em fundos de ativos com gestão e funding privado em alto volume. É o que o próprio programa de obras do governo, o novo PAC, prevê. O dinheiro privado detém mais de 60% das projeções do investimento necessário do PAC.

A vantagem desse sistema é que ele não compromete as metas da LOA, em especial o resultado primário, sem juros, que o ministro Fernando Haddad gostaria de zerar em 2024 e atingir um superávit de 1% do PIB em 2026. Também permitiria focar a melhoria da gestão do Estado, uma missão, já nem mais projeto, pois no mundo das relações digitais e o domínio crescente da inteligência artificial não cabe mais, entre outras obsolescências, arrecadar imposto pelo processo declaratório.

Lula se fez ouvir ao declarar na sexta-feira que “para quem está na Fazenda dinheiro bom é dinheiro no Tesouro, mas, para quem está na Presidência, dinheiro bom é dinheiro transformado em obras”. Não, ele não advogou ganância, como portavozes do fundamentalismo do mercado na imprensa correram a criticar. Expressou que controle fiscal é uma conta com duas entradas: gasto no numerador e produto, ou seja, PIB, no denominador. Não é só desossar o gasto, é também engordar o PIB.

Ponto sem retorno no mundo

Fato é que, tanto pela mudança estrutural das exportações, com agro, minérios e petróleo bombando a entrada de dólares, quanto pelo mundo com a geopolítica confusa e ameaçadora, não cabe ao governante nem aos políticos operar a economia na defensiva. E que não haja guerra.

Como disse o CEO do JP Morgan, Jamie Dimon, podemos estar no momento “mais perigoso que o mundo já viu em décadas”. E não só pelo risco de guerras convencionais. É que, nos últimos 22 anos, EUA e seus aliados têm exercido cada vez mais o poder econômico em vez da força militar.

O resultado é o fechamento do fosso entre finanças e guerra, segundo ensaio na revista *Politico*, de Josh Lipsky e Julia Friedlander, analistas renomados em segurança global. Isso é um mundo novo.

Uma coisa são as sanções comerciais e financeiras contra Cuba, Irã e Coreia do Norte. Outra é contra a Rússia, potência nuclear, incluindo o confisco de ativos no exterior e contas bancárias, algo como US\$ 300 bilhões, sugerindo igual ameaça contra a China conforme evolua a questão de Taiwan. “Será que Washington entenderá as implicações para a sua formulação de políticas daqui para frente?”, eles indagam.

Se Washington entende ou não, é com eles. Nós é que não podemos ser pequenos e ignorar as transformações que passam em tempo real diante de nossos olhos. A imprudência transcende eventuais restrições fiscais.